



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 01/15

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 27 DE
FEVEREIRO DE 2015**

Aos vinte sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Rodolfo Soares Marques Pereira, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Fernando Manuel Catum Leiria, Sérgio Miguel Pratas Duarte e Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares, Maria Amélia Martins Faria dos Santos e Manuel Carlos Bento Fradiano.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Mário Luís Pintado Alves e Pedro Miguel Tarú Canteiro.

Pelo Partido Social Democrata:

- João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

- Isabel Trindade, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituída por João Ladislau Matos.

- António Almeirim, justificou telefonicamente por motivos pessoais inadiáveis.

- Patrícia Figueira, por motivo de saúde de um familiar e João Lopes, por motivo de saúde, tendo sido substituídos por José Paulo Sena.

Pelo executivo camarário encontravam-se presentes o presidente da Câmara e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe Moraes Sarmiento e Vasco André Marques Pinto.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O presidente da Assembleia, lembrou os presentes, para o facto de a Ordem do Dia ser muito extensa, apelando por isso, a alguma contenção nas intervenções, bem como ao cumprimento dos tempos previstos no Regimento da Assembleia.

O Presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a correspondência recebida. (Doc 1)
- Relatório de Atividades do Presidente da Assembleia Municipal. (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

ATAS

Ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento foram colocadas à discussão as seguintes atas:

- Ata da sessão extraordinária de 30 de outubro de 2014

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 20 votos a favor e 3 abstenções (Sónia Ramos, Manuel Fradiano e Maria Amélia Faria).

- Ata da sessão ordinária realizada em 25 de novembro de 2014

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor e 2 abstenções (Sónia Ramos e José Paulo Sena).

Ao abrigo da alínea d) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Colocou as seguintes questões:

- Ponto de situação relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro;
- Renegociação com a Caixa de Crédito Agrícola com indicação do montante dos juros;
- Porque motivo a Câmara deixou de assegurar os consumíveis nos jardins de infância.

- Pedro Canteiro:

Alertou para o que se passa no parque infantil (sito no jardim do coreto), porque o escorrega apresenta falta de segurança, colocando as crianças em situação de perigosidade.

Ao abrigo da alínea f) do n.º 2 do artigo 17.º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Paulo Machado em nome da CDU, apresentou uma “Saudação ao 114.º aniversário do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher”

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Chamou a atenção para a campanha “Quem ama não bate”, que reflete a posição do Governo sobre a violência doméstica.

- Paula Pereira:

Explicou a diferença na apresentação da moção, lembrando também, que defender os direitos das mulheres é defender os direitos de todos.

Submetida à discussão e votação, a Assembleia deliberou aprová-la por unanimidade.

- Luiz Batista em nome do PSD, apresentou uma proposta de moção sobre “Câmara de Alcochete não apoia o emprego jovem”

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da Câmara:

Frisou que em política não vale tudo e que a demagogia é algo que se deve refutar em absoluto. e o documento apresentado, tenta obscurecer a realidade e a verdade, aconselhando por isso que Luiz Batista faça autocrítica, dado ser apoiante convicto do atual Governo, o qual tem promovido políticas de emprego que têm conduzido como nunca aos atuais números de desemprego jovem e não só.

Explicou, depois, o que levou a Câmara a não se candidatar ao programa, dizendo que esta não poderia candidatar-se sem que soubesse qual a taxa de participação que lhe caberia, assim como se a AML ficava ou não abrangida. Apesar de várias diligências a DGAL não soube informar e sendo assim as críticas devem ser feitas ao Governo e não à Câmara, lendo inclusive uma informação dos Recursos Humanos corroborando o que informou.

- Fernando Leiria:

Salientou que o Governo tem utilizado os estágios para fazer descer os números do desemprego e que isto é apenas uma pequena parte do que de negativo tem sido feito.

- Paulo Machado:

Entende, que não se pode querer que a Câmara reduza encargos com pessoal e que simultaneamente promova a empregabilidade durante um determinado período de tempo, para depois se voltar novamente à situação de desemprego continuado.

Deve ser denunciado sim, é o facto de um jovem poder andar dez anos a saltar de estágio para estágio e não conseguir uma relação de trabalho permanente.

Nesta situação, andou bem a Câmara por ser ousada e avisada.

Submetida à discussão e votação, foi rejeitada, por 14 votos contra da CDU, 7 abstenções (PS e CDS-PP) e 2 votos a favor do PSD.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presidente da Câmara, sucintamente informou:

A Câmara foi confrontada com perguntas pelo Tribunal de Contas, encontrando-se ainda a conjugar a informação financeira e transitada para a assessoria jurídica, prevendo-se que seja remetida ao Tribunal na próxima semana. O processo encontra-se em fase de contraditório e a aguarda-se a sua tramitação.

Relativamente ao *spread* por parte da Caixa Agrícola, trata-se de um financiamento para as obras de requalificação da Frente Ribeirinha de Alcochete. Mais disse que não houve até agora negociação, mas sim uma alteração unilateral por parte da Caixa Agrícola que passou, para já, de 8,5% para 5,5%.

- Vereadora Susana Custódio:

Começou por esclarecer em relação aos materiais para o 1.º ciclo e jardins de infância, que há legislação que distingue os dois e determina as verbas a descentralizar do Ministério para cada Agrupamento, por sala e por número de meninos em sala e ainda os montantes para aquisição de materiais de desgaste em cada ano letivo, por sala e de acordo com o número de meninos.

Ao nível dos jardins de infância a Câmara não tem qualquer competência ou responsabilidade na matéria.

Quanto ao 1.º ciclo, afirmou ser verdade a Câmara em tempos ter tido a possibilidade de disponibilizar e até fornecer um *Kit* de materiais essenciais a cada aluno, apesar de não existir imposição legal. Contudo, sinais dos tempos, atualmente houve necessidade de recuar e na verdade, não há capacidade de o fazer no presente.

No entanto, a Câmara não deixou de solicitar à DGEST informação sobre a obrigatoriedade ou não deste fornecimento, mas até ao momento não foi obtida resposta, apesar de esta entender que a Câmara se devia declarar incapaz, incompetente até, para

assegurar o fornecimento dos materiais, mas como é evidente não se pode fazer isto se não é da sua competência, recomendando inclusive uma leitura mais atenta do Decreto-lei número 144/2008, porque a Câmara não se insere nos municípios versados no mesmo.

Não deixou de lamentar que na Assembleia Municipal nunca tenha sido aprovado um reconhecimento para com os trabalhadores da Câmara, os quais, muitas vezes, nos seus limites, se disponibilizam em horário fora do seu obrigatório, para fazer reparações e outros serviços, que são até à data, da inteira responsabilidade da Tutela.

- Vereador Jorge Giro:

Agradeceu o alerta de Pedro Canteiro e informou que se irá proceder ao arranjo solicitado.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Registou-se a intervenção do senhor José Pedro Amaral Oliveira, o qual deu conhecimento de uma queda que sofreu na via pública, da qual sofreu danos, solicitando assim, que seja ressarcido dos mesmos.

Mais disse, ter ficado pasmo com o facto de a Câmara ter recebido um prémio de acessibilidade, quando ele na condição de cego e surdo tem conhecimento de inúmeras situações de perigo no concelho.

Em resposta, o presidente da Câmara, lamentou o que lhe aconteceu e toda a sequência que resultou da queda de que foi vítima.

Esclareceu que o único problema que envolve esta situação, se deve ao facto de o senhor José Oliveira não ter apresentado prova do que aconteceu, o que levou a que a seguradora não aceitasse atribuir qualquer indemnização.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

De seguida, o presidente da Assembleia Municipal chamou a atenção para o seguinte: “Embora o Regimento da Assembleia Municipal permita que se ultrapasse a 01:00 hora,

não se julga curial prolongar os trabalhos por muito mais tempo, pelo que se estiver longe do *términus* da sessão, propôs desde logo, que haja uma segunda reunião da sessão, amanhã, à mesma hora, ficando assim dependente dos senhores membros conseguir-se terminar ou não, os trabalhos durante esta sessão.

PONTO 2 – ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA JUNTA DE FREGUESIA E DO SEU SUBSTITUTO PARA O XXII CONGRESSO DA ANMP

O presidente da Assembleia propôs e foi aceite a dispensa da votação por escrutínio secreto.

Propôs também, para representante efetivo Luís Miguel Fernandes Madeira, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco e como substituto António Joaquim Gomes Almeirim, presidente da Junta de Freguesia de Samouco.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 21 votos a favor da CDU, PS e CDS-PP e 2 abstenções do PSD.

PONTO 3 – SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO DE LISBOA E VALE DO TEJO – RESPOSTA AO SENHOR MINISTRO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Submetido á discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Jorge Giro:

Referiu entre outras informações, que a pronúncia da Câmara sobre esta proposta foi a pedido do Ministro do Ambiente e Ordenamento do Território Jorge Moreira da Silva, a propósito da possível fusão dos sistemas multimunicipais de tratamento de águas residuais. Uma vez mais o Governo pretende ao abrigo de uma suposta unificação de tarifas, que haja um equilíbrio de tarifas entre o litoral e o interior.

Com este intento, pretende fundir 18 sistemas em 4 megas sistemas e assim, Alcochete deixaria de fazer parte de um sistema com 8 municípios para passar a integrar um sistema com 99 municípios, ou seja cerca de 3 milhões e 800 mil habitantes.

Contudo, a Câmara tem um contrato firmado e quer que o mesmo seja cumprido, porque há muitos problemas a resolver com a Simarsul e torna-se necessário tentar resolvê-los enquanto Município e enquanto este tem expressão e assento na Administração.

- Presidente da Assembleia:

Lembrou que a proposta é que a Assembleia para dar mais força a esta posição da Câmara, secunde esta posição e faça também sua a proposta apresentada.

- Luiz Batista:

Entende ser forçoso tornar o sistema mais equitativo, dado que neste momento o sistema tem um défice tarifário na ordem dos 600 milhões em dívidas, sendo que cerca de 500 milhões são de autarquias, entre as quais se inclui Alcochete.

O Governo ao tentar reduzir a 4 todas as concessões, está a ganhar uma situação de dimensão de escala, para além da redução em 55% dos quadros dirigentes entre outras medidas, tonará mais eficaz todo o sistema.

- Pedro Canteiro:

Questionou a que problemas se referia o vereador Jorge Giro na sua intervenção, quando afirmou haver problemas por resolver.

- Vereador Jorge Giro:

Esclareceu que a Simarsul se comprometeu a realizar trabalhos no concelho que ainda não foram realizados.

Mais disse, que enquanto eleito pelo povo de Alcochete não olha à proporção, mas sim à defesa dos interesses de quem o elegeu. Acrescentou também que não defende o despedimento de trabalhadores.

Submetida à discussão e votação, a Assembleia deliberou subscrever a posição da Câmara, por maioria, com 17 votos a favor (CDU e PS), 4 abstenções (3 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do PSD.

Não votou Paulo Machado por se encontrar ausente da sala.

PONTO 4 – APROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DA PERMUTA DE BENS ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE E AUZENDA DA PIEDADE DOS SANTOS ALMEIDA E SEU MARIDO CUSTÓDIO FELGUEIRA ALMEIDA

O Presidente da Câmara informou, que com a elaboração do Plano de Pormenor a Câmara consegue cumprir o acordado com os referidos particulares, reconhecendo que estes têm tido em todo este processo uma paciência absolutamente invejável.

Submetida à discussão e votação, a Assembleia deliberou aprovar por maioria, com 14 votos a favor e 9 abstenções do PS, CDS-PP e PSD.

PONTO 5 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – LOCAÇÃO OPERACIONAL DE EQUIPAMENTOS DE CÓPIA E IMPRESSÃO INCLUINDO SOFTWARE DE GESTÃO, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS PARA 36 MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetido á discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

Após uma introdução feita pela vereadora Raquel Prazeres, Luiz Batista perguntou se também ficavam incluídas as escolas do 1.º Ciclo e infantários.

- Vereadora Raquel Prazeres:

Explicou que foi feito um estudo em todos os serviços da Câmara e que por exemplo, já se conseguiu uma redução em resmas de papel na ordem dos 60%.

Informou também que as escolas não ficam incluídas.

Submetida à discussão e votação, a Assembleia deliberou aprovar por maioria, com 18 votos a favor da CDU e PS e 5 abstenções do CDS-PP e PSD.

PONTO 6 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – AQUISIÇÃO DE LUMINÁRIAS LED EM REGIME DE LOCAÇÃO PARA 60 MESES – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS

Submetido á discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereador José Luís Alfélua:

Considerou ser um assunto de extrema importância para o município, dado que ao nível da iluminação pública é um dos maiores investimentos que se vai fazer no concelho. A intervenção far-se-á em 256 luminárias com a implementação do sistema LED.

A Câmara ao aderir ao Pacto de Autarcas assumiu compromissos que tem que cumprir e este é um desses objetivos.

- Luiz Batista:

Disse que esta substituição tem todo o seu apoio, entendendo que todos devem alterar hábitos e reduzir consumos, contudo, tem dúvidas na necessidade de se ter que fazer um ajuste direto.

Perguntou também porque se substituíam apenas 265 luminárias?

- Vereador José Luís Alfélua:

Afirmou que, naturalmente a escala é sempre vantajosa. Reuniu com várias empresas no sentido de perceber qual o melhor procedimento, tendo em conta a premissa que resulta da Câmara não ter dinheiro para fazer tudo. Desta forma, foi com base nesta premissa, que se resolveu acertar o procedimento, tanto mais que teve a anuência da EDP que assegurará a manutenção destes equipamentos.

Esclareceu ainda que o facto de serem 256 luminárias se prende com o tipo de procedimento escolhido.

Submetida à discussão e votação, a Assembleia deliberou aprovar por maioria, com 18 votos a favor da CDU e PS e 5 abstenções do CDS-PP e PSD.

PONTO 7 – MOÇÃO: “DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS MUNICÍPIOS NAS ÁREAS SOCIAIS”

Submetido á discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereadora Susana Custódio:

Informou que o Governo não perdeu tempo a aligeirar as suas competências que deveriam ser por ele asseguradas, como é o caso do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de abril, que vem consubstanciar tudo aquilo que são as intenções do Governo em passar para os municípios várias competências nas áreas sociais, nomeadamente na área da Educação, Saúde, Segurança Social e até da Cultura.

É do conhecimento de todos o estado em que estes serviços se encontram, porque ao longo dos anos, sucessivamente, houve intenção de reduzir meios e recursos, pelo que estas áreas chegaram em grande parte a um estado de rotura. Passar para os municípios o odioso daquilo que será reduzir serviços sociais não é correto.

- Paula Pereira:

Salientou que quando a CDU recebeu a proposta estranhou logo, tanto mais que a noção de descentralização não é igual para a CDU e para o Governo. Para a CDU, descentralizar corresponde a um efetivo aumento de capacidade de resposta das instituições e o que o Governo que fazer é, acentuar assimetrias e continuar a por em causa a autonomia do Poder Local, levando a retirar aos municípios a capacidade de tomar as opções para decidir sobre o seu próprio território.

- Mário Alves:

Afirmou compreender que a moção venha responder ao Decreto publicado. Porém, contrariamente ao que tem ouvido, o Governo afirma que existirá diálogo e que em algumas situações as autarquias irão ser ouvidas.

Provavelmente juntar e congregar algumas ideias, poderá ajudar a perceber se será bom para o município. Poderá haver flexibilidade para se fazer uma discussão caso a caso e só posteriormente deveria ser tomada uma posição quando se estiver na posse de todos os dados.

- Iolanda Nunes:

A bancada do PS corrobora a moção, porque entende que não há uma verdadeira descentralização, mas sim uma mera delegação de competências para os municípios.

- Paulo Machado:

Na sua opinião, há um momento em que temos de olhar para as coisas e ver para além da espuma delas.

O processo de desconfiança nos municípios, começou numa Lei das Finanças Locais que desde 2005 tem vindo a asfixiar os municípios e tem sido assumida tanto pelo PS como pelo PSD e CDS-PP, pelo que se tem que dar os parabéns ao Governo por ter conseguido levar por diante este Decreto que vai ser altamente lesivo dos interesses dos portugueses.

Na Educação, foi com Maria de Lurdes Rodrigues, no Governo do PS, que começou este belo sendeiro das descentralizações e da constituição de uma escola a tempo inteiro e com a entrada de privados na escola.

Tudo se conjuga para termos um país sem acesso à Educação, à Saúde, com cidadãos em fragilidade total, mas isso não é relevante, porque não é o ónus da questão. O que conta é o dinheiro e o que se espera é a convergência que se faz à custa da privatização dos serviços. Vise-se no tempo da megalomania! É megas para tudo!

Chamou a atenção para as assimetrias que se poderão gerar entre municípios.

- Luiz Batista:

Esclareceu que não há obrigatoriedade de as câmaras aderirem, contudo, o processo irá permitir que cerca de 25% dos manuais escolares sejam feitos ao nível local. Chamou também a atenção que só se poderá candidatar ao *Portugal 2020* (Fundos Comunitários) no respeitante à área social que irá triplicar, quem tiver a responsabilidade para os gerir.

- Fernando Leiria:

O título atribuído à proposta deveria ser “Desresponsabilização por parte do Governo” e não aquele que tem.

Sobre este Decreto, como o Governo afirma, podem ter sido ouvidos muitos municípios, mas o que é facto e foi um dado adquirido é que praticamente não houve discussão, tanto foi, que no parecer, a ANMP votou contra.

Falou ainda da política do Governo sobre saúde, dando exemplos negativos da mesma.

- Vereadora Susana Custódio:

Enalteceu a capacidade que os deputados do PSD e CDS-PP têm para ficcionar, porque o fizeram em todo o processo participado, apoiado e discutido em pareceres. Pura ficção! Partir do princípio, que se entrega uma proposta de Lei no dia 22 de dezembro em que todas as pessoas estão a viver a quadra natalícia e ainda assim a ANMP emitiu um parecer a quem de direito. Recebe a 12 de janeiro um segundo parecer que foi tido certamente em linha de conta de forma ficcionada pelo Governo, porque a mesma proposta de Decreto-lei foi aprovado em Conselho de Ministros três dias depois.

Questionou ainda: nas áreas onde os municípios não aderirem como ficam assegurados os serviços à população?

Disse ainda, que os municípios fizeram todos um bom trabalho e têm levado este país para a frente, não lhe parecendo correta a tentativa de passar este peso para as câmaras.

Durante a discussão do ponto, o presidente da Assembleia propôs que fosse ultrapassada a hora regimental até à conclusão do ponto 7, retomando-se posteriormente os trabalhos numa segunda reunião, a marcar.

- Presidente da Câmara:

Considerou estarmos perante algo que no plano jurídico não é coadunável com a figura jurídica, constitucional, da descentralização de competências. Para a delegação de competências tem que existir uma estrutura vertical do ponto de vista hierárquico. Não há autonomia. O órgão delegante pode a todo o momento chamar a si as transferências avocadas, havendo assim uma contradição nos termos.

Deveria haver uma verdadeira descentralização, começando pelas regiões enquanto autarquias locais que deveriam ser legitimamente eleitas, pelo que se está é perante uma maquilhagem política. O Governo deixa transparecer algumas das incapacidades nas políticas que implementa, dando o exemplo entre outros, da abertura do novo ano escolar.

Retomada a discussão do ponto, foi depois submetido à votação, tendo sido subscrita a posição da Câmara, por maioria, com 18 votos a favor da CDU e PS e 5 votos contra do CDS-PP e PSD

João Valle fez declaração de voto em nome do PSD.

De seguida, o presidente da Assembleia informou que o facto de se ter na Assembleia um deputado municipal que é nitidamente e comprovadamente um porta-voz e um arauto do Governo, enriquece este órgão, porque permite aos responsáveis do município clarificar posições e pôr a nu as contradições flagrantes do Governo da Nação.

A contrapartida é o arrastamento dos trabalhos e a necessidade de procedermos a uma segunda reunião desta sessão, que se convoca para amanhã, dia 28 de fevereiro, às 21:00 horas, no salão Nobre dos Paços do Concelho.

Propôs também, que não haja custos acrescidos para a Câmara Municipal.

Pela 01:15 horas, o presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta reunião.

Retomados os trabalhos aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, encontravam-se presentes, para continuação dos trabalhos da reunião de 27 de fevereiro, os seguintes membros da Assembleia Municipal de Alcochete:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miguel Boieiro e Rui Manuel da Graça Santa.

Pelo Partido Socialista:

- Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes e Bruno José Pereira Soares.

Pelo Partido Social Democrata:

- Luiz Branco Batista, pelo PSD.

Todos os restantes membros faltaram.

Pelo executivo camarário não se encontrava nenhum membro presente.

De acordo com o n.º 2 do artigo 11.º foi verificada a inexistência de quórum. Decorrido o prazo de 30 minutos sobre a hora da convocatória e persistindo a falta de quórum, o presidente da Assembleia, pelas 21:30 horas considerou sem efeito a reunião, informando que posteriormente será comunicado a todos, a data para a segunda reunião.

Retomados os trabalhos, após convocatória, aos nove dias do mês de março de 2015, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 21:00 horas, deu-se início à continuação dos trabalhos da sessão de 27 de fevereiro de 2015, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo, Luís Manuel Teopisto Cardoso, Paula Alexandra Ferrão Pereira, Fernando Manuel Catum Leiria, Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, Sérgio Miguel Pratas Duarte e Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade.

Pelo Partido Socialista:

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares, Maria Amélia Martins Faria dos Santos e Manuel Carlos Bento Fradiano.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

Mário Luís Pintado Alves, Patrícia Pinto Felizes Figueira e Pedro Miguel Tarú Canteiro.

Pelo Partido Social Democrata:

João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram:

- Miguel Boieiro, que renunciou ao mandato, por motivos de saúde, que foi aceite, tendo sido substituído por João Ladislau Teles Matos, o qual tomou posse após ter prestado juramento legal e assinado a respetiva ata.

- Rodolfo Pereira e Henrique Câmara, por motivos de ordem profissional, que foi aceite, tendo sido substituídos por Ana Brandão.

Pelo executivo encontravam-se presentes, o presidente da Câmara e os vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres e Vasco André Marques Pinto.

Faltou a senhora vereadora Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento por motivo de ordem profissional, tendo sido aceite a justificação.

O 1.º secretário da Assembleia Municipal, leu o pedido de renúncia de Miguel Boieiro, com efeitos a partir de 3 de março de 2015 e, ao abrigo da disposição regimental, procedeu-se à votação para eleição da Mesa, tendo o 1.º secretário perguntado se as bancadas tinham listas para apresentar.

Levantadas dúvidas pela condução dos trabalhos, por parte do PSD, a pedido do 1.º secretário, o presidente da Câmara esclareceu.

A bancada da CDU indicou uma lista (lista A), com a indicação dos seguintes membros:

- Fernando Manuel Catum Leiria – presidente
- Rui Manuel da Graça Santa – 1.º secretário
- Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos – 2.º secretário

Submetida á votação, por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

- 16 votos a favor e 6 votos em branco.

Ficou desta forma eleita a Mesa da Assembleia Municipal.

Luiz Batista e João Valle ausentaram-se da sala durante a votação, sem pedir autorização, não tendo votado.

A CDU lamentou o comportamento dos membros do PSD.

- Presidente da Assembleia:

Após a eleição, agradeceu em nome da Mesa, aos deputados municipais, à Câmara Municipal, ao público e aos trabalhadores desta que estavam presentes.

Fica a substituir uma pessoa que deu largos anos ao poder autárquico democrático. Deixa uma palavra de louvor para o amigo, para além de amigo, camarada Miguel Boieiro, que deixou enquanto todos estes anos de autarca e como cidadão, um trabalho incomensurável no concelho de Alcochete.

De seguida informou sobre a condução dos trabalhos na Assembleia Municipal, fazendo votos para que o trabalho seja profícuo e eficiente.

- Presidente da Câmara:

Enfatizou o perfil do novo presidente da Assembleia Municipal, dizendo que é um homem com larga experiência ao nível do movimento associativo, acrescido de uma larga experiência autárquica, tendo sido eleito não só nesta Assembleia, mas também na de Loures e na Junta de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros. Alia o conhecimento concreto da realidade concreta do movimento associativo, às competências próprias autárquicas, às dificuldades, às virtudes, reunindo assim, na sua modesta opinião, o perfil ideal de experiência, credibilidade, para um excelente exercício destas novas funções.

Mais disse, que da parte da Câmara Municipal de Alcochete, poderá contar com toda a disponibilidade, cooperação, lealdade e até companheirismo institucional.

Relativamente a Miguel Boieiro, proferiu o seguinte:

“Tem este um longo historial enquanto uma pessoa do poder local democrático. Foram quase 40 anos dedicados ao poder local democrático (3 anos na Assembleia Municipal no Seixal e 33 anos ininterruptos dedicados a Alcochete (19 na Câmara Municipal e será até de acordo e em conformidade com a Lei de Limitação de Mandatos, durante muito tempo, foi o presidente de Câmara com mais anos de exercício) e depois, mostrando uma enorme dignidade de quem tinha sido 19 anos presidente da Câmara, foi durante 4 anos vereador da Câmara em regime de não permanência e posteriormente durante 9 anos e meio presidente desta Assembleia Municipal.

Contou inclusive um episódio que recordará sempre; em 31.10.2005 tomou posse como presidente da Câmara e nessa qualidade acompanhado do vereador José Luís Alfélua dirigimo-nos à Câmara para conhecer as instalações. No dia 2 de novembro, pelas 09:00 horas, estava no gabinete do presidente (que tinha sido seu durante 19 anos) quando este bateu à porta, entrou e me disse:

“Olha Luís, eu vou para cima, para a Assembleia Municipal, se precisares de mim, diz qualquer coisa”.

Para alguém como eu que tinha 33 anos e um conhecimento ainda superficial daquilo que era e é o poder local democrático, foi enormemente gratificante, saber que alguém com a sua experiência estava ali tão perto e disponível para auxiliar naquilo que fosse

necessário. Foi uma demonstração de humildade, de caráter, de amizade e camaradagem.

O presidente Miguel Boieiro merece da nossa parte toda a consideração. Contribuiu como muito poucos para o desenvolvimento do nosso concelho, de forma competente e trabalhosa. Podemos ser muito competentes, mas sem trabalho estas não se evidenciam.

Foi enormemente honesto ao longo de todos estes anos. Terá tomado decisões erradas? Certamente que sim! Todos nós as tomamos, mas estou convicto que foram esmagadoramente mais, as certas e corretas, para o desenvolvimento do nosso concelho e para o bem-estar das nossas populações.

A Câmara de Alcochete prestou-lhe em 2007 a devida homenagem, distinguindo-o com a “Medalha D. Manuel I” que é a distinção mais elevada que a Câmara pode atribuir a um dos seus cidadãos/cidadão ou cidadã, que contribua para o bem-estar e o desenvolvimento no nosso concelho.

Hoje e para sempre, será sempre o meu presidente Miguel Boieiro! Neste momento em que ele nos deixou enquanto autarca, deixa-nos um enorme legado que devemos respeitar, homenagear e recordar para sempre. Muito poucos marcarão no presente Alcochete como o presidente Miguel Boieiro marcou.

Em nome da Câmara Municipal de Alcochete e em meu nome, fica aqui a minha homenagem, o meu reconhecimento e o meu muito sentido aplauso.”

- João Valle:

Não felicita a Mesa nesta sessão, irá fazê-lo na seguinte por não reconhecer a eleição da Mesa.

- Patrícia Figueira:

Em nome do CDS-PP felicitou os novos membros da Mesa e formulou desejos para que os trabalhos decorram da melhor maneira.

Agradeceu também a Miguel Boieiro, pelo que lhes ensinou nesta Assembleia e pela forma como conduziu estas sessões. Desejou ainda, que os motivos de saúde invocados sejam passageiros.

- Iolanda Nunes:

Saudou a nova Mesa eleita, desejando que os trabalhos decorram na mais perfeita normalidade e deixou um voto de louvor ao presidente cessante.

- Paula Pereira:

Em nome da CDU usou da palavra dizendo:

Neste momento, de recomposição da Mesa da Assembleia, a Bancada da CDU não poderia deixar de reconhecer, o trabalho que o nosso camarada e amigo Miguel Boieiro desempenhou em mais de 35 anos como autarca.

Miguel Boieiro foi presidente da Câmara Municipal de Alcochete durante 5 mandatos e presidente desta assembleia municipal nos últimos 9 anos.

É, desde sempre, um homem de princípios firmes e de causas fortes, um cidadão ativo e interventivo.

Defensor intransigente da democracia e do poder local democrático, nas suas próprias palavras:

«A vida de autarca não é monótona, tem sempre coisas novas e passamos a vida a aprender»

Miguel Boieiro, por questões de saúde, deixa o seu mandato inacabado, mas deixa, indiscutivelmente, a marca do seu trabalho no concelho de Alcochete.

Exemplo que nos motiva a continuar a sua e nossa luta por melhores condições de vida para a população de Alcochete e a continuar a aprender, diariamente, a sermos melhores autarcas.

Estamos certos que a Mesa hoje eleita desempenhará as suas funções de forma a respeitar e honrar o passado.

Para terminar, queríamos deixar uma palavra especial de alento e desejos de bom trabalho ao novo Presidente da Assembleia Municipal, o Fernando Leiria.”

PONTO 8 – MOÇÃO “CENSA: PONTO DE SITUAÇÃO”

Submetida à discussão registaram-se as seguintes intervenções:

- Vereadora Susana Custódio:

Esclareceu que a apresentação desta moção em reunião de Câmara realizada em 3 de dezembro, surge, quando esta, através da sua pessoa, enquanto vereadora, recolhe informações e assiste a uma situação gravosa (que descreveu de forma pormenorizada) do ponto de vista económico-financeiro da única IPSS da freguesia do Samouco.

Apesar de a Câmara ter por princípio respeitar a autonomia e não se imiscuir na gestão das instituições, pareceu-lhes contudo, que seria pertinente a Câmara tomar uma posição e confrontar a Tutela sobre não só o acompanhamento que estava a dar àquela Instituição, mas também a solicitar uma audiência ao Ministro Mota Soares para ver respondidas algumas questões, nomeadamente um diagnóstico da realidade do que se passa no CENSA.

A reunião aconteceu com o Adjunto do Ministro, ao qual se perguntou se tinham sido realizados alguns atos inspetivos para se perceber a natureza dos atos praticados

conducentes à situação do CENSA. Contudo e lamentavelmente, também ficou a saber que tinha sido atribuído um subsídio de cem mil euros, depois de o edifício ter sido alienado em hasta pública, o que conduz a mais um problema, ou seja, o CENSA para além de ficar sem o imóvel, fica com um problema acrescido, porque sem instalações não consegue ter as valências que atualmente tem nas áreas da infância e idosos.

Face aos factos, foi perguntado à Tutela se estaria disponível para ser um facilitador nas conversações entre o CENSA e o proprietário, bem como se estariam disponíveis para traçar em conjunto com o CENSA um plano de viabilização financeira que sanasse definitivamente a questão das penhoras, porque por muito empenho que haja, fica difícil fazer aquela gestão.

Mais disse, que a nível distrital, a Dr.^a Ana Clara Birrento sempre acompanhou a situação, já desde a altura em que era vereador do pelouro o Dr. Paulo Machado.

- Fábio Bernardo:

Lembrou que esta IPSS foi criada com o esforço da população e a Segurança Social pouco teve a ver com ela, pelo que há que lutar pela sua preservação.

Na sua opinião, as responsabilidades são muito claras; a anterior direção não geriu bem e sobretudo não foi corretamente supervisionada, neste caso, pela Direção Regional da Segurança Social de Setúbal (há na verdade uma total desresponsabilização de tudo aquilo que é público e não só no distrito de Setúbal).

Estranha que o subsídio tenha sido atribuído agora e não quando era possível salvar o edifício, ficando assim com a ideia que mais não é que o assumir de culpas.

A terminar questionou: Entre 2008 e 2014 não houve ninguém que desse pela falta do dinheiro? E em 2016 como será, haverá subsídios?

- Iolanda Nunes:

Afirmou que os deputados do PS partilham esta preocupação, porque já vêm sendo tomadas várias diligências, há já cerca de 18 meses, entre elas o plano de viabilidade financeira, já proposto à anterior direção.

Relativamente ao congelamento das verbas, informou que os deputados do círculo de Setúbal da Assembleia da República pediram esclarecimentos ao Instituto de Gestão Financeira, mas ainda não foi obtida resposta.

Tendo em conta a dimensão deste assunto, a bancada do PS disponibiliza-se para auxiliar como já havia sido referido.

- Luiz Batista:

Referiu que o CENSA tem órgãos sociais eleitos, por isso a adjectivação do texto da moção é de uma responsabilidade coletiva (órgãos sociais) que não soube acautelar a gestão e chegaram a esta situação.

- Paulo Machado:

Entende que do ponto de vista político o documento pode levar a uma reflexão, sobre como agem os membros da Tutela, nomeadamente sobre a atribuição de cem mil euros a fundo perdido. Em rigor pode-se dizer que são medidas discricionárias, sem enquadramento. Contudo, o passado tem que ser analisado à imagem do que são as necessidades do CENSA (e das IPSS), havendo do ponto de vista político, que estar atento à forma como a Tutela acompanha, apoia e resolve os problemas das suas instituições, em rigor, aquelas que foram criadas pela população e que se substituem ao Estado na sua ação e neste caso, não houve acompanhamento nem fiscalização como seria da sua responsabilidade. De facto há troca de correspondência, alertando a anterior direção para os incumprimentos que vinham a acontecer reiteradamente, mas apenas isto.

Do ponto de vista da gestão da instituição e na qualidade de membro da direção, é o reconhecimento de um ano de trabalho, procurando organizar a casa, gizando um plano de intervenção, que foi reconhecido pela Tutela, mas que não permite a sustentabilidade da instituição.

O modelo desta e de outras IPSS deve ser repensado. Para o CENSA é importante que a Tutela se comprometa mais ao nível do próprio Ministério, com um conhecimento efetivo ou reconhecimento do esforço da direção para organizar e propor um modelo de gestão que possa não inviabilizar o sem encerramento.

O subsídio de 100 mil euros atribuído a fundo perdido, resolveu o problema das dívidas a fornecedores e credores, mas não ao Estado. A dívida total do CENSA é de cerca de meio milhão. Mais ou menos 400 mil euros são ao Estado e os restantes a trabalhadores e fornecedores. A dívida ao fisco ficou sanada com a venda do imóvel. A direção fez um plano da restante dívida à autoridade tributária, mas como não tem nenhuma garantia para apresentar juntamente com o Plano, as penhoras não param de cair.

Como é difícil apresentar contas de vários anos, fica muito difícil recorrer ao Fundo de Socorro Social.

Referiu também, que neste momento decorrem conversações com o proprietário do imóvel, dado que o CENSA gostaria de fazer um aluguer com opção de compra, porque se o edifício não lhe pertencer, ficam inviabilizados muitos projetos.

A terminar, salientou que independentemente das questões políticas e de assacar responsabilidades há que pensar no futuro do CENSA.

- António Almeirim:

Referiu que o CENSA faz falta e que a Junta de Freguesia de Samouco tem acompanhado mais ou menos do perto, as negociações que têm vindo a ser descritas, podendo por isso afirmar que foi necessário um bocado de loucura para além de muita coragem, para tomar conta daquela casa. Frisou inclusive, que já vive no Samouco há 50 anos e não conhece ninguém que aceitasse tamanha loucura, como o fez Paulo Machado, expressando assim, o seu agradecimento a este pelo empenho que tem

demonstrado. Mas por outro lado, a quem pedir responsabilidades tanto mais que ainda não houve nenhuma entidade a pedir o julgamento por uma dívida tão grande.

Aproveitou também para informar, que no dia seguinte, iria circular um abaixo-assinado, de manifesto repúdio sobre o que se passa no Centro de Saúde do Samouco, sendo que entre outros motivos, no Samouco não haver um único habitante com médico de família.

- Patrícia Figueira:

O CDS-PP reconhece e colabora na unanimidade do sentido de que é preciso salvar esta instituição e enaltecer a interligação do CENSA com a comunidade e vice-versa e deu conhecimento de um ofício remetido pela diretora do Centro Distrital de Setúbal, Dr.^a Ana Clara Birrento, dando conhecimento das *démarches* efetuadas.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que a proposta aprovada em reunião de Câmara, não é contra o Ministério, nem contra a Comissão Distrital, nem sequer contra os anteriores membros dos órgãos sociais do CENSA, sem prejuízo de eventuais responsabilidades e comportamentos praticados. É sim, a favor do CENSA. Na verdade, é este que está em causa e corre o risco de fechar num curto espaço de tempo.

Fica perplexo por não saber a razão de ser de um Ministério que tendo responsabilidades de supervisionar e fiscalizar, não exerce essas competências. Se auditasse obteria assim o real diagnóstico da situação do CENSA.

Quanto à dívida que se diz ser de 500 mil euros, entende não haver essa certeza, pelo que questiona se for superior a esta verba, quem são os responsáveis? A atual direção? Os atuais eleitos?

É da opinião que não devem sequer pensar em validar as contas sem diagnóstico e sem auditoria. Em termos criminais a responsabilidade recairia sobre quem? De que têm medo o Ministério das Finanças e o da Segurança Social no que respeita à realização de uma auditoria? No caso, houve responsabilidade por omissão e apesar da boa vontade da Dr.^a Clara Birrento no sentido de resolver a situação, na verdade, foi trucidada pelo Ministério das Finanças, senão porque não se impediu a venda do imóvel? Até na hipótese de arrendamento, se o seu custo for insuportável do ponto de vista financeiro, manter-se-á o problema, que no fundo se traduz no seguinte: Sem imóvel não há CENSA.

Enquanto presidente da Câmara, quer que o município fique respaldado em toda esta situação assim como os atuais órgãos sociais do CENSA.

Afirmou também, que o imóvel tem uso e finalidade específica (não servirá para habitação), pelo que a Câmara no limite das suas competências impedirá que o imóvel sirva para outro fim que não seja albergar a instituição. Continua a ser importante que quer a Câmara quer a Assembleia continuem a fazer a gestão política porque o problema

está longe de estar resolvido e devem continuar a pressionar no sentido de ser feita auditoria, dado que, até já lhe constou que o ónus na participação de eventuais ilícitos de natureza criminal seria passado para os atuais órgãos do CENSA.

Submetida à votação, foi aprovado subscrever a moção aprovada pela Câmara, por maioria, com 18 votos a favor (CDU, PS e 2 do CDS-PP) e 3 abstenções (2 do PSD e 1 abstenção do CDS-PP).

Paulo Machado ausentou-se da sala ao abrigo da alínea a) do artigo 44.º do CPA.

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD, dizendo: “a sua abstenção não tem nada a ver com a finalidade e os objetivos da CENSA. Todos estamos aqui e entendemos a necessidade e julgamos é que o teor desta moção não contribui para resolver o problema.

No terreno, o problema está a ser acompanhado e resolvido com um esforço muito grande de várias entidades e por isso não é só com moções que se resolve, daí o sentido de voto na sua abstenção. O PSD estará disponível para ajudar a resolver aquilo que for necessário.”

O presidente da Assembleia Municipal propôs que a Mesa oficiasse o senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade Social e Segurança Social, a solicitar a marcação de uma reunião, dada a preocupação com o CENSA e tendo em conta a não resposta às perguntas feitas pela Câmara Municipal.

O Presidente da Assembleia propôs um intervalo de 5 minutos, o que foi aceite, após o que foram retomados os trabalhos.

PONTO 9 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

Submetida à discussão, a vereadora Raquel Prazeres informou que em 2008 foi feito um regulamento que refletia o compromisso de gestão do programa eleitoral e em 2011 foi feita uma adaptação ao Decreto-Lei n.º 305/2009 e definido um sistema de divisão correspondente às unidades orgânicas. Em 2012 e fruto da Lei 49/2012, por imposição legal, passou esta Câmara a estar reduzida a 4 dirigentes, consequentemente 4 unidades orgânicas e 1 dirigente intermédio de 3.º grau.

Duas divisões ficarão extintas em 31 de dezembro e duas outras em 1 de julho de 2015, ficando então o ROSM em pleno funcionamento.

Submetida à votação, foi aprovado por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 5 abstenções (PSD e CDS-PP)

PONTO 10 – 1.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

Submetida à discussão, a vereadora Raquel Prazeres explicou as alterações propostas, após o que foi submetida à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 5 abstenções (PSD e CDS-PP)

PONTO 11 – DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 3.º GRAU – REQUISITOS DE PROVIMENTO, ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL E DESIGNAÇÃO DE JÚRI

Submetida à discussão, a vereadora Raquel Prazeres informou que este procedimento é possível. A Câmara passará a funcionar com quatro megas divisões e de entre estas considerou ser na DAOML (divisão com maior número de funcionários) que mais faria sentido preencher este lugar.

Luiz Batista perguntou se esta chefia seria autónoma em diversas áreas, ou se apenas coadjuvará o chefe de divisão, tendo a vereadora Raquel Prazeres informado que as funções serão de coadjuvação.

Submetida à votação, foi aprovado por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 5 abstenções (PSD e CDS-PP).

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- João Valle:

Informou que o grupo do PSD saiu da sala aquando da eleição da Mesa, aprendendo com atos já praticados na Assembleia da República, pelo grupo parlamentar do PCP.

- António Almeirim:

Como reforço do já anteriormente referido, recordou que nenhum habitante do Samouco tem médico de família.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 1 abstenção do CDS-PP (Patrícia Figueira) e 23 votos a favor.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 00:00 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: